



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 02

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31/01/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 31/01/2012

ATA Nº 02

----- Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- De seguida, o Executivo deliberou por unanimidade considerar justificada a falta de comparência do Sr. Vereador Luís de Almeida Gonçalves, por motivos de ordem particular (apoio familiar por razões de saúde). -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 10 de janeiro 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - Proposta do novo mapa judiciário
- Tribunal de Pampilhosa da Serra

----- O Sr. Presidente manifestou ao restante Executivo a sua preocupação, relativamente à proposta do Governo para o novo mapa judiciário, no qual visa extinguir o Tribunal da comarca de Pampilhosa da Serra. Em seu entender e tendo em conta o conteúdo da proposta, os critérios que presidiram à extinção da Comarca da Pampilhosa



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

contêm imprecisões e até contradições, no que à qualidade das instalações, movimento processual e gestão de recursos humanos, diz respeito. -----

----- Mais referiu, que solicitou uma audiência à Senhora Ministra da Justiça e que vai debater-se contra a proposta apresentada, pois entende que o Governo não pode sustentar os seus desígnios apenas numa visão economicista, quando estão em causa direitos e garantias das populações, neste caso dos pampilhosenses, pois a verificar-se a extinção da comarca de Pampilhosa da Serra, os mesmos ficarão praticamente privados do acesso à justiça. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, elaborar um documento no qual expresse total repúdio pela proposta em apreço e fazê-lo chegar às entidades competentes e à comunicação social. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

----- *“Ensaio para a reorganização da estrutura judiciária”* -----

----- *Comunicado do Município de Pampilhosa da Serra* -----

----- O Município de Pampilhosa da Serra repudia integralmente a aplicabilidade do Ensaio para a Reorganização da Estrutura Judiciária no que ao concelho de Pampilhosa da Serra se refere. Este concelho situa-se no interior do Interior de Portugal, com 400 km², 109 povoações dispersas e distantes entre si, com fracas e parcas acessibilidades. ----

----- Efetivamente, este Município não se alheia de dar uma resposta eficaz e com prontidão às Reformas propostas, no entanto, não podemos deixar de as criticar quando estas se baseiam apenas em números. Este Ensaio é um atentado ao Interior! Uma vez mais somos penalizados por sermos poucos, mas é com ações destas que nos obrigam a ser cada vez menos. Uma visão meramente economicista irá agravar a desertificação do interior, promovendo a negação do acesso ao direito e aos Tribunais, que tem que ser assegurado pelo Estado. Também aqui, neste território, existem Portugueses com direitos, pois também cumprem os seus deveres. -----

----- Esta proposta promove, antes de mais, a desertificação e o despovoamento progressivo do Interior, aumentando a pressão sobre os serviços do litoral, penalização essa acentuada se se viesse a concretizar o preconizado neste Ensaio. Consideramos fundamental para a existência de pessoas num determinado território a oferta de serviços básicos ao dispor das populações, referimo-nos à Saúde, à Educação e à Justiça. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

----- *Quanto à aplicabilidade dos critérios de ponderação* -----

----- Estes critérios são critérios redutores, baseados numa mera análise demográfica e processual. É preciso olhar para os territórios e para a sua especificidade, nomeadamente o isolamento, as acessibilidades, os transportes, a geografia e muitos outros aspetos que deveriam condicionar a tomada de decisões. Efetivamente, se analisarmos convenientemente os critérios de ponderação para o encerramento dos tribunais, no que à Pampilhosa da Serra se refere não se verificam sequer. É definido como critério estar a menos de uma hora de percurso relativamente ao Tribunal proposto. O que na realidade não se verifica, uma vez que estamos a uma hora e meio de caminho do Tribunal de Arganil, com uma acessibilidade péssima e morosa. Além do mais, se tivermos em consideração as várias distâncias existentes no concelho, uma vez que como se referiu a Pampilhosa da Serra tem cerca de 400 km² e 109 povoações, chegamos a ter distâncias que necessitam de quase 3 horas de caminho. -----

----- Este Ensaio é a machadada final no acesso à Justiça dos mais pobres e desprotegidos. No caso da Pampilhosa da Serra, a extinção do Tribunal vai obrigar a grandes dispêndios monetários, para além do tempo de deslocação, dentro e para fora do concelho, estas são feitas em condições difíceis sem acessibilidades condignas e sem qualquer rede de transportes públicos. -----

----- O recente Palácio da Justiça de Pampilhosa da Serra é propriedade do Instituto de Gestão Financeira e Infraestruturas da Justiça, portanto do Estado. Daí que no caso da Pampilhosa da Serra, a existência de Tribunal não é um encargo substancial para o Estado. Para além disso, neste momento, já não existe Juiz residente, nem Procurador do MP, por se tratar de agregação de funções, funcionando com 3 Oficiais de Justiça, que têm sabido dar resposta adequada às necessidades das nossas populações. -----

----- *Da aplicabilidade de soluções à medida* -----

----- O Ensaio preconiza que o modelo definido em traços gerais não impeça a adoção de “soluções à medida” para comarcas de maior dimensão processual ou **com determinadas especificidades geográficas**. Estranhamente ficámos surpreendidos pela aplicação destas exceções previstas em territórios que não cumprem os critérios de ponderação, chegando mesmo a criar-se um critério autónomo para justificar a continuidade do Tribunal baseado apenas na recente intervenção de melhoramentos do edifício. Reclamamos para nós a “solução à medida” com base nas especificidades geográficas locais, solução essa admitida pelo documento e que dever ser adotada para a Pampilhosa da Serra. **Assim, repudiamos esta intenção do Tribunal de Pampilhosa da Serra, devendo ser equacionada a aplicabilidade desta exceção, apelando para que neste processo se “Faça Justiça!”**. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - CIMPIN - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte

- Projeto Agenda 21 Local**
- Transferência de verba**

----- A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade transferir para a CIMPIN - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, a quantia de 1.947,91€, referente à contrapartida nacional do projeto "Agenda 21 Local", respeitante ao ano 2011. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral

- Quota ano 2012**

----- Foi presente um e-mail da Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral, a comunicar que foi deliberado na Assembleia-geral extraordinária de 30 de Julho de 2011, que o valor da quota para o presente ano de 2012 passaria para 160,00 Euros. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral, a importância de 160,00€, valor da quota, para o ano 2012. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.3 - CIMPIN - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte

- Quota ano 2012**

----- Na qualidade de membro associado, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, transferir para a CIMPIN - Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, a importância de 100 Euros/mês, no ano 2012. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.4 - ACIC - Associação Comercial e Industrial de Coimbra (Execução do Programa FINICIA)

- Transferência de verbas

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ Entre o Município e a ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra existe um protocolo financeiro no âmbito da execução do Programa FINICIA. Para cumprimento da cláusula 11ª do referido protocolo (apoio e acompanhamento), é necessário transferir 208,33/€mês (2 500 Euros /Ano), percentagem estipulada na alínea 1) da cláusula referida. -----

----- Assim, anexa-se protocolo para que o mesmo seja presente à reunião de câmara, para informação e aprovação da compensação a transferir, no âmbito da evolução do Fundo.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.5 - ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto

- Acordo de Colaboração

----- Foi presente uma Informação da Seção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ Entre o Município de Pampilhosa da Serra e a ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, foi celebrado um acordo de parceria em 01 de Julho de 2008. -----

----- Considerando que as Entidades mantêm os termos e condições previstas no citado acordo, cabendo ao Município o valor de 800,00€/mês, para financiamento dos recursos humanos e materiais a disponibilizar pela Adxtur aos parceiros, informa-se que é necessário dar cumprimento à cláusula nona.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.6 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra

- Protocolo de Enquadramento de Pessoal Destinado a Integrar as Equipas de Intervenção Permanente

----- Foi presente uma Informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- “ Entre o Município de Pampilhosa da Serra, Autoridade Nacional de Proteção Civil e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, foi celebrado o Protocolo em epígrafe, ao abrigo da portaria nº 1358/2007, de 17 de Outubro. -----

----- Considerando que as Entidades mantêm os termos e condições previstas no citado protocolo e para cumprimento da cláusula nona, informa-se que o mesmo deverá ser enviado à reunião do executivo para apreciação e votação.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.7 - Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento

- Transferência de verbas

----- Foi presente uma informação da Seção Financeira do seguinte teor: -----

----- “ O Município de Pampilhosa da Serra é associado da Pinhais do Zêzere – Associação para o Desenvolvimento. No ano de 2011 transferiu para a Associação 400€/mês para fazer face às despesas que lhe pertencem nos encargos com a referida Associação. Para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2012, é necessária deliberação de Câmara com efeitos a partir de janeiro/2012.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1.8 - ADESA - Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor **- Quota 2012**

----- Foi presente uma informação da Seção Financeira, do seguinte teor: -----
----- “ O Município de Pampilhosa da Serra é associado da ADESA- Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor. No ano de 2011 transferiu para a ADESA o valor de 4 000€/mês, respeitante à quota-parte da responsabilidade desta Autarquia para fazer face aos encargos financeiros da Associação. -----
----- Para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2012, é necessária deliberação de Câmara com efeitos a partir de Janeiro de 2012.” -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.9 - ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses **- Quota 2012**

----- Foi presente uma Informação da Seção Financeira, do seguinte teor: -----
----- “ No seguimento do envio da nota de débito nº 79/2012, enviada pela ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses com o valor de 4 218,00€, propõe-se que a mesma seja enviada à reunião de Câmara para conhecimento e aprovação.” -----
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1 -Pedido de atualização de toponímia na localidade de Carregal, freguesia de Dornelas do Zêzere



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um ofício da Junta de Freguesia de Dornelas do Zêzere, datado de 15/01/2012, a remeter documentação proveniente da União Recreativa e Desportiva Carregalense, que propõe a atualização das ruas do Carregal, de acordo com a peça desenhada que anexam, elaborada com base no levantamento histórico-bibliográfico efetuado.-----

----- A Câmara Municipal, após análise e de acordo com as competências conferidas pela alínea v) do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou por unanimidade aprovar. -

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses

- Proposta de adesão

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que, na sequência de uma reunião havida na Câmara Municipal da Lousã, em que esteve presente o Sr. Vice-Presidente Jorge Alves Custódio em representação do Município de Pampilhosa da Serra, representantes do Município de Góis e a QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais Portugueses, foi presente uma comunicação desta Associação a remeter documentação informativa, nomeadamente os seus Estatutos e os formalismos para uma eventual adesão do Município de Pampilhosa da Serra.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, que informou o restante Executivo que a finalidade da QUALIFICA centra-se na valorização, qualificação, defesa, promoção e dignificação da identidade dos produtos tradicionais portugueses e subsidiariamente, dos seus produtores e território, e os seus objetivos são, no essencial, potenciar o trabalho já desenvolvido pelos municípios associados, em matéria de valorização dos produtos, de melhoria das condições dos estabelecimentos, de promoção comercial, turística, cultural, ambiental e de defesa do consumidor, para além de outros. -----

----- Seguidamente, o Sr. Vice-Presidente deu a conhecer ao restante Executivo os formalismos necessários para adesão à QUALIFICA, bem como os custos inerentes. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade não aderir à QUALIFICA - Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização, tendo em consideração que o Município de Pampilhosa da Serra já se encontra associado a entidades que desenvolvem fins idênticos. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.3.1 - Alteração da Minuta de Contrato de Arrendamento

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29/11/2011, relativamente à adjudicação do arrendamento das três frações do II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, estando reunidas as condições para efetivar o arrendamento das mesmas, foi presente a competente minuta do contrato de arrendamento. -----

----- Após análise, verificada a sua conformidade com o disposto no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento daquelas frações, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou aditar um número dois à cláusula sexta "Pagamento da Renda", com o seguinte teor: -----

----- "... Ponto Dois - Na data de celebração do presente contrato será efetuado o pagamento dos meses de março e abril, sendo o pagamento das restantes mensalidades efetuado conforme o disposto no número anterior." -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.2 - Expansão/Ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias - Aquisição de Terrenos

----- Pelo Sr. Presidente foi dito o seguinte: -----

----- Tendo em conta que a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada em 08/11/2011, deliberou adquirir os prédios infra identificados aos Senhores: -----

----- **Manuel Cardoso Ramos** e mulher **Leontina Miranda Antão do Desterro Ramos**, casados no regime de comunhão de adquiridos, contribuinte fiscais n.ºs 109.054.970 e 103.013.806, respetivamente, titulares dos cartões de cidadão n.ºs: 02521190 0 ZZ7, válido até 19/02/2014 e 04376120 8 ZZ2, válido até 20/01/2014, e -----

----- **José Cardoso Ramos** e mulher: **Maria Isabel de Almeida Mota Ramos**, casados



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

no regime de comunhão geral de bens, contribuintes fiscais n.ºs 125.497.300 e 116.469.803, respetivamente, titulares dos B.I n.ºs 4000438, emitido em 14/02/2001 e B.I. n.º 7598437, emitido em 28/12/2004 ambos pelos SIC de Lisboa, -----

----- Pelo preço de 6.447,38€, o prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo n.º 32183, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra; e -----

----- Pelo preço de 17.120,93€, o prédio rústico inscrito na matriz predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo n.º 32154, não descrito na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra. -----

----- Considerando que, por forma da alteração das áreas e confrontações dos referidos prédios, as quais não correspondiam às reais, foram ambos objeto de avaliação. Nesta sequência, foram-lhes atribuídos novos artigos matriciais que importa identificar, para efeitos de outorga da competente escritura pública de compra e venda, e conforme cadernetas prediais rústicas anexas à presente, assim: -----

----- Ao artigo matricial rústico n.º 32183, foi-lhe atribuído o número 32670. -----

----- Ao artigo matricial rústico n.º 32154, foi-lhe atribuído o número 32669. -----

----- Face ao exposto a Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar o respetivo título de compra e venda dos prédios rústicos, ora inscritos na matriz predial da freguesia de Pampilhosa da Serra sob os artigos números 32670 e 32669, aos seus proprietários acima identificados, pelo preço constante da deliberação tomada em reunião ordinária de 08/11/2011, atentos os fins então referidos. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3.3 - Expansão/Ampliação da Zona Industrial do Alto das Aldeias - Aquisição de Terrenos

----- Pelo Sr. Presidente foi dito o seguinte:-----

----- Tendo em conta que a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada em 08/11/2011, deliberou adquirir o prédio infra identificado aos Senhores: -----

----- **João Manuel Anjos Almeida** e mulher **Lília Maria Baptista Correia Pereira**, casados no regime de comunhão de adquiridos, contribuintes fiscais n.ºs 165.572.213 e 146947576, respetivamente, titulares ele do cartão de cidadão n.º 04699915 9 ZZ4, válido até 18/05/2015 e ela portadora do B.I. n.º 2210448, emitido em 24/11/2004, pelos SIC de Évora, atuais possuidores do mesmo, por o terem adquirido por compra verbal, feita por



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

volta de 1990, a Maria da Assunção dos Anjos, -----
----- Pelo preço de 2.532,26€, o prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo nº 32142. -----
----- Considerando que, por força da alteração de área e confrontações do referido prédio, as quais não correspondiam às reais, foi o mesmo objeto de avaliação. -----
----- Nesta sequência, foi-lhe atribuído novo artigo matricial que importa identificar, para efeitos de outorga da competente escritura pública de compra e venda, e conforme caderneta predial rústica anexa à presente, assim: -----
----- Ao artigo matricial rústico nº 32142, foi atribuído o número: 32667. -----
----- Face ao exposto a Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conferir poderes ao Senhor Presidente da Câmara para assinar o respetivo título de compra e venda do prédio rústico, ora inscrito na matriz predial da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo número 32667, aos senhores identificados na Informação em apreço, pelo preço constante da deliberação tomada em reunião ordinária de 08/11/2011, atentos os fins então referidos. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - OBRAS PÚBLICAS

3.1.1 - Relatório de Vistoria

----- Dos Serviços Técnicos de Obras, foi presente o seguinte Relatório de Vistoria: -----
----- “ Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e doze foi realizada, pela comissão de vistorias constituída pelo Sr. Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, Luís Filipe Simões Baptista, Técnico Superior e Pedro Tiago Sousa Santa, Técnico Superior, vistoria ao edifício destinado a armazém, comércio e/ou serviços, sito na Zona Industrial de Pampilhosa da Serra, lote nº 8, Alto das Aldeias, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, descrito na ficha 5987/20020823 da Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra. -----
----- O imóvel encontra-se submetido ao regime de propriedade horizontal e é constituído por três frações identificadas pelas letras A, B e C, de acordo com os elementos e características constantes da escritura e descrições anexas. -----
----- Da vistoria realizada e depois de analisada a totalidade das três frações, constatou-se que as mesmas foram executadas de acordo com o projeto aprovado pelo Município e destinam-se à



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

utilização prevista, que é compatível com a mencionada no plano de pormenor aprovado para a zona, através da Resolução de Conselho de Ministros nº 47/2002, publicada no Diário da República nº 61, I Série B, de 13 de março de 2002.-----

----- *Tendo em consideração o atrás descrito e o que foi verificado no local, entende a Comissão de Vistoria que estão reunidas as condições necessárias e suficientes para que as frações sejam utilizadas para os fins a que se destinam.*-----

----- *Tendo em consideração o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 7º do Decreto Lei nº 26/2010 de 30 de março, as operações urbanísticas promovidas pelas autarquias locais estão isentas de controlo prévio, o que se verifica no presente caso.*-----

----- *Assim e tendo tais factos em consideração, julga-se bastante e suficiente a deliberação que recair sobre o presente relatório de vistoria para efeitos de utilização das frações do edifício. (A Comissão de Vistorias - assinaturas)"*-----

----- *A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar o Relatório de Vistoria e, nos termos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 7º do Decreto Lei nº 26/2010 de 30 de março, conceder Licença de Utilização ao imóvel descrito na Conservatória do Registo Predial sob a ficha 5987/20020823, nomeadamente às três frações identificadas pelas letras A, B e C, para fins de armazém, comércio e/ou serviços.*

----- *Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.*-----

3.1.2 - Aquisição de fornecimento de eletricidade a que corresponde ao lote agregado nº 5: Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT) ao abrigo do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime livre para Portugal Continental, AQ-ENE- 011

----- *Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---*

----- *" Em 10 de janeiro de 2012, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, enviou, através de mail, o convite e caderno de encargos relativos ao procedimento de concurso em epígrafe, solicitando a sua aprovação.*-----

----- *Assim e depois de análise aos citados elementos, verifica-se que os mesmos cumprem o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos elementos constantes do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime livre para Portugal Continental, AQ-ENE- 011.*-----

----- *Os elementos caracterizadores dos locais de consumo constantes do anexo II do caderno de encargos estão corretos e de acordo com o levantamento efetuado pelo Município.*-----

----- *Nestes termos, julga-se, salvo melhor e mais correta opinião que os documentos, convite e caderno de encargos, reúnem condições para aprovação. À consideração superior."*-----

----- *Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

unanimidade aprovar os documentos, convite e caderno de encargos, relativos ao procedimento de concurso para Aquisição de fornecimento de eletricidade a que corresponde ao lote nº 5: Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT) ao abrigo do Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime livre para Portugal Continental, AQ-ENE- 011. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 – CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte - Indicação do Técnico para a ligação à Central de Compras Eletrónica da CIMPIN

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que, no seguimento do processo que a CIMPIN se encontra a desenvolver sobre a Central de Compras Eletrónica para a Comunidade Intermunicipal, houve necessidade de nomear um Técnico do Município que fará parte da Comissão de Acompanhamento naquela matéria, pelo que, foi nomeado o Engº Fernando Pereira Alves. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ratificar.

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.4 – Alienação em hasta pública de 2 (duas) viaturas propriedade do Município

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ O Município é proprietário das seguintes viaturas: -----

----- 1) Mitsubishi L200, matrícula 69-FL-57, do ano de 2008, cor cinzenta, ligeiro de mercadorias, que se encontra acidentada, de acordo com as fotos anexas; -----

----- 2) Toyota Dyna Bus, matrícula TM-87-39, do ano de 1980, cor castanha e outra, pesado de passageiros, no estado evidenciado pelas fotos anexas; -----

----- As citadas viaturas encontram-se inoperacionais, não sendo razoável e adequado proceder à sua reparação, atento o elevado montante necessário, pelo que se propõe a sua alienação na modalidade de hasta pública através de carta fechada com praça, de acordo com os seguintes valores base de licitação: -----

----- a) Lote nº 1 – Mitsubishi L200, matrícula 69-FL-57: 2.500,00 €; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- b) Lote nº 2 – Toyota Dyna Bus, matrícula TM-87-39: 500,00 €; -----

----- As condições de alienação e realização da hasta pública são as que se encontram explicitadas no edital e programa de hasta pública que se anexam; -----

----- Mais se propõe o seguinte Júri do procedimento: -----

----- Presidente: Jorge Alves Custódio, Vice-Presidente da Câmara; -----

----- Vogal: Fernando Pereira Alves, Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, que substituirá o Presidente nas suas faltas e impedimentos; -----

----- Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira, Técnico Superior; -----

----- Vogal suplente: Luís Filipe Simões Batista, Técnico Superior. -----

----- Assim, propõe-se a V.Ex^a que seja aberto procedimento de hasta pública para alienação dos lotes de viaturas acima mencionadas, devendo tal facto ser publicitado, na página web do Município, em dois jornais da região e afixados editais no edifício dos Paços do Concelho. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar:-----

----- - A abertura de procedimento de hasta pública para alienação dos lotes de viaturas supra mencionadas;-----

----- - O edital e o programa de hasta pública para os devidos efeitos. -----

----- - O Júri proposto para o procedimento.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.5 – Proposta de Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento da Raia, Zêzere e Nabão (2ª Versão)

- Pedido de emissão de parecer

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Relativamente ao assunto em epígrafe, a entidade Águas do Centro, S.A., enviou o ofício referência “2041/11-SMF”, datado de 23/12/2011, solicitando parecer acerca da proposta de regulamento. -----

----- Depois de análise aos elementos apresentados, entende-se que o prazo de 8 dias para reclamar quanto ao valor da leitura, previsto no nº 2 do artigo 33º do citado regulamento, é diminuto. -----

----- Assim, julga-se adequado e razoável que seja considerado um prazo de 15 dias úteis e que a reclamação suspenda o pagamento. -----

----- Nestes termos entende-se que a presente proposta de regulamento poderá ser aprovada, com



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

exceção do previsto no artigo 33º, devendo ser submetida à apreciação e votação em reunião de Câmara. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a presente proposta de regulamento, com exceção do previsto no nº 2 artigo 33º. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.6 - Rede Pública de Distribuição de Água, Drenagem e Tratamento Esgotos Domésticos de Maria Gomes – isenção de taxa de ligação

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Os trabalhos referentes à empreitada da “Rede Pública de Distribuição de Água, Drenagem e Tratamento Esgotos Domésticos de Maria Gomes” encontram-se concluídos e prontos a entrar em funcionamento. -----

----- Durante a frase de execução da obra verificou-se a necessidade de implantar troços de coletor em alguns terrenos privados, o que foi autorizado pelos respetivos proprietários sem que tivesse sido solicitada por estes qualquer indemnização por esse facto. -----

----- Assim, atendendo à colaboração e disponibilidade demonstrada, bem como a deliberações tomadas no mesmo sentido em obras da mesma natureza, leva-se à consideração superior a possibilidade de isentar do pagamento de qualquer valor, aquando da celebração do contrato de recolha de efluentes das suas habitações sitas em Maria Gomes, os proprietários dos terrenos onde ocorreu a implantação e identificados na planta anexa, os senhores: -----

----- Joaquim Barata Mendes -----

----- João José Alves -----

----- Manuel Alves -----

----- João Manuel dos Santos -----

----- Fernanda dos Prazeres Mendes -----

----- José Garcia Serra -----

----- Manuel Antunes -----

----- Manuel Barata Mendes -----

----- João Pires Mendes -----

----- José Antunes Alves Mendes -----

----- José Augusto Mendes Pires -----

----- Fernando Garcia Antunes Lopes -----

----- João Garcia Lopes -----

----- João Alves -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- *Fernanda Lurdes Gaspar* -----
 ----- *João Domingos* -----
 ----- *José Antunes Alves* -----
 ----- *Martinha da Nazaré* -----
 ----- *À consideração superior.* -----
 ----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar do pagamento de taxa de ligação, os munícipes acima mencionados.
 ----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.7 – Substituição de garantia inicial em dinheiro por garantia bancária
Empreitada: Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra
Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
 ----- “Para efeitos do disposto no artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro, a empresa Calado & Duarte, Lda, apresentou em 21/04/2011 o comprovativo da transferência do montante de 7.963,55 € (sete mil, novecentos e sessenta e três Euros e cinquenta e cinco cêntimos) para a conta nº 0582002697431 titulada pelo Município, correspondente a 5% do valor total da adjudicação da empreitada em epígrafe. -----
 ----- Em 09/05/2011 a firma em epígrafe apresentou a garantia bancária nº GAR/11301371, no valor de 15.927,10 € (quinze mil novecentos e vinte e sete Euros e dez cêntimos), emitida em 03/05/2011 pelo Banco BPI, S.A., correspondente a 10% do valor total da adjudicação. -----
 ----- Assim, a citada firma vem solicitar a aceitação da citada garantia bancária e a devolução do montante anteriormente e acima referido, prestado a título de caução nos termos do disposto no artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----
 ----- Atendendo a que a garantia agora apresentada em nada diminui as obrigações nem as garantias para com o Município, entendem os serviços técnicos de obras desta Autarquia que poderá ser aceita a presente garantia bancária nº GAR/11301371, no valor 15.927,10 € (quinze mil novecentos e vinte e sete Euros e dez cêntimos), emitida em 03/05/2011 pelo Banco BPI, S.A.--
 ----- Mais se entende que poderá ser devolvido o montante anteriormente transferido para a conta nº 0582002697431, titulada pelo Município, no montante de 7.963,55 €. À consideração superior.” -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.8 - Restituição de retenções

Empreitada: Requalificação do Espaço Envolvente à Escola EBI de Pampilhosa da Serra

Adjudicatário: Calado & Duarte, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Para efeitos do disposto no artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro, a empresa Calado & Duarte, Lda, apresentou em 21/04/2011 o comprovativo da transferência do montante de 7.963,55 € (sete mil novecentos e sessenta e três Euros e cinquenta e cinco cêntimos) para a conta nº 0582002697431 titulada pelo Município, correspondente a 5% do valor total da adjudicação da empreitada em epígrafe. -----

----- Em 09/05/2011 a firma em epígrafe apresentou a garantia bancária nº GAR/11301371, no valor de 15.927,10 € (quinze mil novecentos e vinte e sete Euros e dez cêntimos) emitida em 03/05/2011 pelo Banco BPI, S.A, correspondente a 10% do valor total da adjudicação. -----

----- Aquando do pagamento das faturas correspondentes aos autos de medição nº 1, nº2, nº3 e nº 4, foi efetuada a retenção de 3.404,01 € (três mil quatrocentos e quatro Euros e um cêntimo). ---

----- Assim, e dado que o adjudicatário apresentou a garantia bancária nº GAR/11301371, no valor de 15.927,10 € (quinze mil novecentos e vinte e sete Euros e dez cêntimos), emitida em 03/05/2011 pelo Banco BPI, S.A, correspondente a 10% do valor total da adjudicação, entende-se que deverá ser devolvida a quantia de 3.404,01 € (três mil quatrocentos e quatro Euros e um cêntimo), retida aquando do pagamento das faturas correspondentes aos autos de medição nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4.1 - JUVENTUDE E DESPORTO

4.1.1 - Comando dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Cedência de Pavilhão e Ginásio

----- Foi presente uma carta do Comando dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- *"Uma boa preparação física é um fator importantíssimo para o cabal desempenho da missão de bombeiro. -----*

----- *Pelo exposto decidiu este Comando que todas as sextas feiras, o(a)s nosso(a)s Bombeiro(a)s irão ter preparação física, não só como forma de manter uma boa condição, bem como promover o espírito de grupo e união entre todos. -----*

----- *Assim, serve o presente para solicitar a V.Ex^a a cedência do Pavilhão Municipal e do Ginásio, todas as sextas-feiras entre as 20h30 e as 23h00, com início em 13/01/2012. Mais solicito a isenção das taxas devidas." -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a cedência do Pavilhão e Ginásio para os fins pretendidos, bem como isentar do pagamento de taxas.-----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Comando dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Cedência de instalações do antigo Campo de Futebol, na Rua do Parque Desportivo

----- Foi presente uma carta do Comando dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- *"Em referência ao assunto em epígrafe, solicito a V.Ex^a que se digne ceder a este Corpo de Bombeiros as instalações mencionadas em epígrafe. -----*

----- *O objetivo é criar nas mesmas um local de treino prático para os nossos Bombeiro(a)s por forma a melhorarmos a nossa prestação no socorro a pessoas e bens. -----*

----- *O referido espaço ficará ao nosso cuidado enquanto a Autarquia não necessitar do mesmo. Logo que nos seja informado da necessidade do Município ter as instalações ao seu dispor, as mesmas serão imediatamente entregues à Autarquia." -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o Comando dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a utilizar as instalações do antigo Campo de Futebol, para os fins mencionados, com a salvaguarda de que esta autorização cessa quando a Câmara Municipal delas necessitar. -

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - EDUCAÇÃO

4.2.1 - Contrato de Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do Pré-Escolar de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente a Informação nº 25 do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “Tendo em conta a informação nº 22 do Gabinete de Educação sobre a elaboração de novo Contrato de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do Pré-Escolar de Pampilhosa da Serra, junto em anexo o referido contrato, depois de retificado o artigo IV (artº IV – Locais, Materiais e Equipamentos) pela empresa Uniself – Sociedade de Restaurantes Coletivos e Privados, S.A. À consideração superior.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo do Contrato supramencionado e, após análise, deliberou por unanimidade ratificar. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - TURISMO

5.1.1 - Desfile de Carnaval 2012

----- Foi presente a Informação nº 7/2012 do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: ----

----- “À semelhança dos anos anteriores, irá realizar-se no dia 19 de Fevereiro de 2012, mais um curso carnavalesco organizado pela Associação Juvenil TRILHOS COM SENTIDO.-----

----- Considerando a importância da realização deste evento como um acontecimento bem enraizado na identidade cultural e social do concelho, vem propor o apoio de uma verba de 3 000,00€, para poder suportar os custos relacionados com o desfile. À consideração superior.” -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais foi deliberado conceder poderes ao Sr. Presidente, para assinar o competente protocolo de colaboração. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 - SicóEco - Atividades de Animação Turística, Ldª

- Nacional de Trial Experience da Federação Portuguesa de Todo-o-Terreno

- Realização de prova no Município de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma carta da SicóEco - Atividades de Animação Turística, Ldª, datada de 23/01/2012, a comunicar que, na sequência dos contatos estabelecidos com o Município, vêm remeter a proposta de parceria para a realização de uma prova Nacional de Trial da Federação Portuguesa de Todo-o-Terreno, a realizar no Município de Pampilhosa da Serra, em data a fixar. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do conteúdo da proposta de parceria apresentada e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar a realização do evento, na opção proposta de 3.000,00€/2 dias (mais IVA à taxa em vigor), num fim-de-semana do mês de Outubro do corrente ano, em data a acordar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.3 - Participação na BTL - 2012

----- Foi presente a informação nº 3/2012, do Gabinete de Turismo, a comunicar que, no âmbito da participação na Bolsa de Turismo de Lisboa - 2012, e no seguimento da estratégia para divulgação elaborada por este Município para a área do turismo, os custos para o espaço de 81 m2 x 4 frentes serão de 8.829,00€, acrescido da taxa legal em vigor de 23%, com o valor total de 10.859,67 €. -----


----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a BTL, a importância de 10.859,67 €. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, , que a subscrevi. -----

